

Congresso estabelece regras para votação de emendas ao orçamento

por Marta Salomon
de Brasília



José Serra

O projeto de lei orçamentária para 1991 será mantido praticamente intacto pelo Congresso Nacional, segundo decisão tomada pela Comissão Mista de Orçamento na última quinta-feira. Os parlamentares aprovaram relatório preliminar que impede remanejamento de recursos de um ministério para outro.

As 13,5 mil emendas apresentadas ao orçamento por deputados e senadores serão avaliadas neste mês dentro do limite de Cr\$ 6,8 bilhões, também segundo decisão da comissão. A "folga" indicada pelo relator do projeto, deputado João Alves (PFL-BA), corresponde à parte chamada reserva de contingência, dotação para gastos "urgentes e imprevisíveis" do governo. A reserva ficará reduzida a Cr\$ 20,7 bilhões (2% da receita de impostos).

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER) e o Sistema Eletrobrás serão os mais beneficiados com o restrito remanejamento de recursos do orçamento já acerta-

do no relatório preliminar da comissão. Emendas que pleiteiam a construção e manutenção de estradas e a geração de energia elétrica terão garantidos mais de Cr\$ 2 bilhões no projeto. O remanejamento também vai beneficiar programas de ferrovias e portos do Ministério da Infra-Estrutura, projetos de irrigação, eletrificação rural do Ministério da Agricultura, além de reforçar as dotações do Ministério da Ação Social e da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

As regras gerais para a votação do projeto orçamentário se ajustam às in-

tenções do governo. A liberdade que o Executivo pede, no entanto, para executar as contas em 1991 é alvo de emendas com chances de serem aprovadas. O relator João Alves aceita modificar o artigo 5º do projeto, que permitiria ao governo dispensar a autorização do Congresso para alterar as dotações do orçamento. A manutenção do artigo, na opinião do deputado José Serra (PSDB-SP), significaria a assinatura de um "cheque em branco" ao governo.

Serra ainda está preocupado com dois outros dispositivos na lei que ampliam a liberdade do governo na hora de executar o orçamento. Uma "sutileza na redação" detectada pelo deputado permitiria ao governo abrir créditos no orçamento mediante "excessos na arrecadação" sem submetê-los ao Congresso. O mesmo mecanismo foi detectado por Serra no orçamento de investimento das estatais.

Durante a votação do relatório preliminar na Comissão de Orçamento foi rejeitada mais uma tentativa de transferir recursos destinados aos ministérios

militares para programas sociais. "Não há tanta urgência na modernização das Forças Armadas", defendeu o deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ), que propôs o remanejamento de Cr\$ 35,8 bilhões do orçamento militar. "Seria como despir um santo para cobrir o outro", ponderou o relator.

Ainda depende de um entendimento entre os líderes dos partidos o destino dos fundos fiscais que recebem recursos no orçamento de 1991. Apesar de estarem oficialmente extintos, a Constituição determina que os fundos teriam de ser ratificados pelo Congresso até o último dia 5 de outubro. A Comissão de Orçamento deverá transformar os fundos em programas, sem autonomia para movimentação dos recursos.

O relator João Alves deixou em aberto a possibilidade de o orçamento permitir a rolagem de parte da dívida dos estados e municípios que vence em 1991. "Ainda poderá vir uma solução por parte do governo", admitiu João Alves. No projeto de lei, não foram destinados recursos à rolagem da dívida.